

A COMPLEXIDADE DAS DEMANDAS DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS NO PROJETO DE ACUIDADE VISUAL E A ESCOLA COMO LUGAR DE ACESSO À DIREITOS.

Delma Ap S. MUNHOZ¹
Juliene A. OLIVEIRA²
Andréia ALMEIDA³

RESUMO: O presente artigo é resultado dos estudos realizados durante o período de estágio supervisionado obrigatório, associado com a disciplina Supervisão Acadêmica do oitavo termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo”, no qual se apresenta como requisito de avaliação. Tem como objetivo apresentar a complexidade de algumas demandas vivenciadas pelos adolescentes atendidos no projeto de Acuidade Visual, tais como: o não acesso a política pública de saúde, falta de acesso à rede socioassistencial, entre outras e a atuação do profissional do serviço social junto as demandas apresentadas, e finalizando com o projeto de intervenção. O método utilizado foi o materialismo histórico dialético, que nos possibilita um olhar além do que está exposto no cotidiano.

Palavras-chave: Banco de Olhos. Acuidade Visual. Adolescentes. Atuação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de estágio obrigatório realizado no Banco de Olhos “Maria Barbosa Sesti” no período de fevereiro de 2019 a novembro de 2019, e das reflexões ocorridas no processo de supervisão acadêmica. Tem como objetivo principal discutir sobre a complexidade das demandas dos adolescentes atendidos no projeto de Acuidade Visual e a escola como lugar de acesso à direitos

¹ Discente do 4º ano do curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail delmamunhoz2@gmail.com

² Docente e coordenadora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Toledo Prudente de Presidente Prudente. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e-mail: coord.social@toledoprudente.edu.br. Orientadora do trabalho.

³ Assistente Social, Doutora em Serviço Social e Políticas Públicas pela UEL/PR. Orientadora do trabalho. e-mail: andreiaalmeida_@hotmail.com

e propor um projeto de intervenção que possibilite respostas sustentáveis as demandas apresentadas.

A metodologia utilizada foi o materialismo histórico dialético o qual possibilita um olhar para além das aparências expostas, permitindo realizar o estudo de algumas das demandas apresentadas no projeto de Acuidade Visual do Escolar no município de Presidente Prudente. O conteúdo utilizado para o estudo será sob forma de pesquisa de campo realizada através da vivência do estágio e pesquisa bibliográfica.

Inicialmente iremos abordar como se dá o projeto de Acuidade Visual do Escolar nas escolas públicas estaduais de Presidente Prudente, em seguida abordaremos a complexidade de algumas demandas apresentadas no projeto de Acuidade Visual que exigem uma intervenção intersetorial por parte do Serviço Social e como se dá a atuação do assistente social no contexto da educação. Será abordado também o direito da criança e do adolescente a proteção integral e a escola como lugar de acesso à direitos. Finalizamos com a proposta de intervenção frente as demandas apresentadas.

2 O PROJETO DA ACUIDADE VISUAL DO ESCOLAR

O Banco de Olhos Maria Sesti Barbosa da Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente, possui suas atividades vinculadas à Santa Casa de Presidente Prudente. Fundado em 2007, o Banco de Olhos Maria Sesti Barbosa é uma entidade sem fins lucrativos localizada na Rua Wenceslau Braz, número 05, na Vila Euclides em Presidente Prudente, sendo uma entidade de natureza mista vinculada à política de saúde. Criado inicialmente com a finalidade de atuar no preparo e distribuição de córneas para transplantes, ensino e pesquisa no cenário em que atua, o aumento da demanda de atendimento em outras necessidades relacionadas à oftalmologia levou a instituição a ampliar seu ramo de atuação, passando também a prestar assistência clínica e cirúrgica na área.

A população atendida vem até o banco de olhos através da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) que segundo o Ministério da Saúde o SUS (2019, s.p) consiste em:

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

Dentro desse contexto os atendimentos são voltados para pessoas com problemas de visão ou para detectar problemas futuros. São realizadas consultas para verificar se a pessoa precisa de óculos ou identificar enfermidades em níveis mais complexos como catarata, glaucoma, retina e transplantes de córneas, para tanto, dois médicos especialistas atendem a população.

De acordo com documentos internos do Banco de Olhos Maria Sesti Barbosa, O Projeto da Acuidade Visual teve início no ano de 2010 com o objetivo de desenvolver ações da promoção da saúde ocular infantil e surgiu da necessidade de prevenção, envolvendo entidades públicas e privadas. O projeto tem a parceria do Lions Clube Cinquentenário, Unoeste, Sociedade de Medicina de Presidente Prudente, Secretária Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Ministério Público, OAB, Juizado da Infância e da Juventude, Secretária Municipal de Educação, Hospital Regional, Diretoria Regional de Ensino e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. O projeto é realizado nas escolas estaduais do município de Presidente Prudente e é destinado a alunos do 6º ano do ensino fundamental.

Para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao projeto, inicialmente é elaborado um cronograma com a divisão de semestres e escolas a serem visitadas por semestre. Uma vez definido, se inicia o processo de execução do projeto, que consiste na verificação com o responsável da escola as listas com os nomes dos estudantes do 6º ano e de fazer o pedido de uma sala apropriada para a realização do teste da acuidade visual. Com a sala preparada para o teste, os acadêmicos de medicina de uma universidade do município realizam o teste com tabela de Snellen. Esta tabela, também conhecida como optótipo de Snellen ou escala optométrica de Snellen consiste em um diagrama utilizado para avaliar a aptidão do olho para distinguir detalhes especiais, ou seja, sua capacidade de

identificar o contorno dos objetos. Ainda de acordo com Zaparolli; Klein; Moreira (2009, s.p):

Em 1843 foi criada a primeira tabela por Kuechler - um oftalmologista alemão. Mas foi somente em 1868 o Dr. Snellen desenvolveu a criação de um cartão de teste para analfabetos que tinham uma grande semelhança com a letra "E" que passava por uma rotação. Graças à criação de Snellen, outros testes foram criados seguindo como base a sua invenção para se medir a acuidade de visual em diferentes modos.

Dentro da escala de valores deste método, caso o resultado do mesmo for igual ou superior a 0.6, a criança está apta no teste e não precisa ser encaminhada ao oftalmologista. Porém, se resultado for igual ou inferior a 0.5, a mesma será encaminhada para consulta oftalmológica no banco de olhos, onde todo o processo é acompanhado pelo assistente social. Caso a escola apresente algum aluno que apresente dificuldades na visão e não seja do 6º ano, é realizado um encaixe para ver as condições visuais do mesmo.

Após a realização dos exames o assistente social fará a intermediação com o médico oftalmologista do Banco de Olhos e a escola para verificar a melhor data das consultas para ambas às partes. Para realização do procedimento, além do assistente social e o estagiário, a equipe conta com o médico e os enfermeiros que auxiliarão nos processos. Caso a criança apresente outro problema de visão que não seja pelo uso de óculos, como estrabismo, retina e córnea, por exemplo, ela é encaminhada ao serviço social onde será realizada uma articulação entre a rede específica e será feito o encaminhamento. A Política Nacional de Educação (PNE/2012) nos afirma que:

Estima-se que cerca de 20% de crianças em idade escolar apresentem dificuldades visuais não corrigidas e em cada mil educandos do ensino fundamental, cem são portadores de erros de refração, necessitando de óculos para a correção de hipermetropia, miopia e astigmatismo e para os educandos da Educação de Jovens e adultos o agravo mais recorrente é presbiopia. (Política Nacional de Educação/2012).

É importante mencionar que depois da consulta as crianças que precisarem de óculos são encaminhadas para o assistente social, onde o mesmo irá conduzir o procedimento que será feito para a retirada dos óculos em uma ótica

parceira da instituição, através dessa parceria o Banco de Olhos fornece os óculos aos estudantes sem custo financeiro algum para a família. Esse é o projeto de Acuidade Visual do Escolar que visa efetivar o direito de crianças e adolescentes à saúde ocular. O programa Saúde na escola, cadernos temáticos: saúde ocular (2016) nos informa que:

A escola constitui-se um território no qual se manifesta a vida cotidiana das pessoas e da comunidade e os sujeitos que nela transitam lhe atribuem significados, tornando-a lócus de produção da saúde. Logo, a escola tem papel fundamental, enquanto espaço privilegiado de articulação dos setores envolvidos, na construção da promoção da saúde.

Dentro dessa perspectiva que a escola é o local de acesso a direitos e lugar de proteção que o próximo tópico vem expor.

3 O DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE A PROTEÇÃO INTEGRAL

A visão tradicional no Brasil era que crianças e adolescentes eram considerados incapazes e também um problema para o Estado e autoridades judiciárias. Apesar do movimento internacional pela proteção especial à infância, somente com a Constituição de 1988, a Doutrina da Proteção Integral consagrou-se no ordenamento jurídico brasileiro, consolidando-a de vez com a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

O artigo 227 da constituição federal de 1988 nos afirmar que que será com absoluta prioridade que se deve assegurar os direitos da criança e do adolescente, esse público se transforma em prioridade do Estado.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.(CF/88).

Ao todo, o ECA tem 267 artigos que abordam diversos temas como o acesso a saúde e educação, proteção contra a violência e tipificação de crimes

contra a criança, proteção contra o trabalho infantil, regras da guarda, tutela, entre outros.

O Brasil, então, tornou-se o primeiro país a adequar a legislação interna aos princípios consagrados pela Convenção. Ao longo dos anos, o Estatuto teve alterações introduzidas em seu texto, como por exemplo, a Lei de Adoção (2009), que acelera o processo de adoção e cria mecanismos para evitar que crianças e adolescentes fiquem mais de dois anos em abrigos. Com o novo formato o que se pretende favorecer é a “desinstitucionalização” e propiciar que as crianças estejam dentro da família, ainda que substituta, com mecanismos mais simples de guarda e tutela para que seja desburocratizada essa ação.

A criação dos conselhos estaduais e municipais na defesa dos direitos das crianças e dos conselhos tutelares significou que o Estado passaria a delegar a sociedade responsabilidades que antes eram somente suas. Hoje o Estatuto é considerado um dos melhores do mundo, uma referência internacional em legislação para essa faixa etária e inspirou legislações semelhantes em diversos países.

Com o novo Estatuto da Criança e do Adolescente criamos regras para abolir a prática do arbítrio em quaisquer situações e estabelecemos normas objetivas (escritas com todas as letras) que dizem quais são os direitos e os deveres de idosos, adultos, adolescentes e crianças em suas relações com crianças e adolescentes. Esse Estatuto contém as normas e as regras necessárias, não para manter, mas para alterar, transformar velhas práticas viciosas da cultura local.

As leis que devem protegê-los dos maus tratos que possam sofrer, como garantir educação, políticas sociais, alimentação e tudo que seja necessário para uma vida digna e para que exerçam sua cidadania.

4 A ESCOLA COMO LUGAR DE ACESSO À DIREITOS

Fica evidente que os problemas financeiros, o desemprego, os problemas psicossociais, a fragilização dos relacionamentos, a luta incessante pela busca da sobrevivência traz severos danos à vida familiar. Porém esses fatores não são determinantes para maus tratos às crianças, negligências, violências, caso contrário toda a classe pauperizada não escaparia das estatísticas de vitimização

contra os filhos, dessa forma os fatores expostos aqui contribuem para precarização da vida familiar e deterioração da vida escolar das crianças e adolescentes.

Mas sob o danoso efeito das condições mencionadas acima, as relações familiares precarizadas, afetam diretamente as crianças e adolescentes, que são as maiores vítimas desse processo, segundo Amaro (2012), que juntamente com esse processo vem sentimentos negativos, sentimentos de incapacidade, comportamentos agressivos no ambiente escolar, evasão escolar, notas baixas, dentre outras manifestações. Esse quadro também se apresenta em famílias com condições financeiras melhores, ficando muitas vezes disfarçados por outras instituições que cuidam das crianças, tais como babás, escolinhas, clubes e compensação financeira das faltas. O resultado desse processo é negativo na vida dessas crianças e adolescentes, pois ele leva esse padrão de comportamento para a vida, o que o prejudicará ainda mais.

A escola é um ambiente onde se pode notar claramente quando alguma coisa não está indo bem com essa criança e adolescente, problemas que muitas vezes os levam a fugir de casa, doenças tais como depressão e até mesmo ao envolvimento em atos infracionais. Portanto é importante estar atento aos sinais que indicam que essas situações podem estar acontecendo, encaminhando a suspeita aos órgãos responsáveis para que procedam a verificação ou confirmação do caso (Amaro, 2003).

A nossa sociedade se caracteriza pela função social que nela reside, podemos destacar principalmente a função social da escola, história essa que foi sendo alterada ao longo dos anos, sendo a escola um lugar privilegiado que os homens elegeram para socializar o saber, sendo a escola também um lugar de acesso à direitos.

A Constituição Federal de 1988 é um dos marcos mais importante para o Brasil, pois a partir deste momento histórico o país passa a ter uma série de direitos legalizados, passando a ficar conhecida como constituição cidadã. Um dos direitos estabelecidos através da Constituição de 1988 é o direito a Educação, onde o Estado é o responsável pela sua efetivação.

Segundo a Constituição Federal, seção I no que diz respeito à Educação art. 205, e art. 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais

Como já mencionado anteriormente a educação é um direito da criança e do adolescente, e dever de todos, sendo este direito garantido pela Constituição Federal/88, pelo Eca, pela Lei de diretrizes e bases da educação - LDB sob nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e Lei marco legal da primeira infância a Lei nº 13.257 por ser fundamental ao desenvolvimento humano.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que assim se expressa em relação às competências dos entes federados: Na distribuição de competências referentes à Educação tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na corresponsabilidade das três esferas de governo: município, Estado, União e da família. A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam.

É através da escola que crianças e adolescentes podem desenvolver suas potencialidades tanto físicas, quanto cognitivas e afetivas, para muitos esse é o único espaço que possuem para esse tipo de desenvolvimento, o acesso à escola deve garantir conhecimento, pensamento crítico, autonomia, visão de mundo e formação de cidadãos capazes e conscientes de seus direitos e deveres. É na escola também que muitos adolescentes e crianças encontram refúgio e proteção diante das diversas manifestações da questão social em suas vidas.

A atuação do assistente social dentro desse contexto é de grande relevância haja vista que é um profissional pautado na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, nesse contexto é que o próximo tópico vem abordar.

4.1 Atuação do Assistente Social na Educação

A atuação do profissional na educação é pautada nas diretrizes propostas por lei, estabelece como essencial o atendimento integral e de qualidade à criança, não se restringindo apenas na garantia do direito de inclusão nas creches e pré-escolas, como se estende também no âmbito da assistência social. O profissional demonstra sua identidade profissional ao longo de suas ações cotidianas, sendo essas carregadas de instrumentalidade, devendo ser pautadas em competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, sendo três dimensões que não devem ser separadas, pois caso contrário, poderemos recorrer ao erro da fragmentação, que segundo Iamamoto e Carvalho (2005), já estiveram tão presentes no serviço social.

Algumas das atribuições postas ao assistente social na educação são: concessão de bolsas (no caso de escolas particulares), visitas domiciliares, entrevistas, encaminhamentos para rede de proteção, desenvolvimento de projetos junto aos alunos, pais e comunidade e acompanhamento familiar, articulação para efetivação de direitos violados. Também são utilizados alguns instrumentais como, por exemplo: formulário de inscrição, de bolsas, PIA (plano individual de atendimento), atas, entre outros documentos. Observamos que ainda falta muito para que o serviço social alcance seu espaço sócio ocupacional e legitimidade na política de educação, haja vista principalmente por não existir nenhuma lei que determine a contratação de assistentes sociais nas escolas públicas.

A dimensão educativa da intervenção profissional do assistente social é constitutiva de processos amplos, dessa forma, a dimensão educativa do trabalho do assistente social, por si só, não justifica sua inserção nas instituições educacionais, mas deve ser considerada por seu envolvimento com os processos sociais, historicamente situados, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura (Martins, 2012). Portanto a atuação do assistente social faz a diferença quando se trata de efetivação de direitos e ruptura com os padrões violadores de direito.

Dentro dessa perspectiva de efetivação de direitos, considerando todo o trabalho que já é executado pela assistente social responsável pelo projeto da Acuidade Visual; que o projeto de intervenção virá de forma breve ser apresentado, nos tópicos a frente.

5 A COMPLEXIDADE DAS DEMANDAS APRESENTADAS PELOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA NO PROJETO DE ACUIDADE VISUAL

Durante os atendimentos aos alunos nas escolas estaduais podemos observar que alguns deles trazem demandas específicas e que não se encaixam no perfil do projeto de acuidade visual, são situações que necessitam de articulações com outras políticas e que traz a necessidade de articulação em rede intersetorial, o que fará toda a diferença na resolutividade da situação, como por exemplo: uma criança foi avaliada a fim de diagnosticar se possui problemas de visão e durante essa consulta notou-se que a mesma não tinha conhecimentos sobre as letras do alfabeto, e era bastante confusa, o que demonstrou ser uma criança que precisaria de ajuda psicopedagógica, ou outro tipo de intervenção apropriada para o problema. Diante desse fato específico se faria necessário uma interlocução entre escola x família x rede apoio psicopedagógico, entre outros para solucionar essa demanda.

Assim como essa situação temos outras demandas apresentadas e que necessitam de uma articulação para além do projeto de Acuidade Visual, que trazem a necessidade de uma resposta imediata e eficaz.

Uma outra demanda percebida durante os atendimentos do projeto é que devido ao fato da escola reunir uma diversidade de pessoas, com saberes diferentes, histórias e cotidiano diferentes, são elementos que se não estiverem em equilíbrio podem gerar conflitos; diante desse fato é comum imaginarmos que existam problemas de relacionamento entre os alunos, e até mesmo com os professores ou com os demais profissionais que atuam nesse ambiente. Existem outras demandas no ambiente escolar tais como: preconceito, discriminação, intolerância, uso de drogas, violência escolar, bullying, evasão escolar são problemas comumente observados no contexto escolar.

São demandas que não devem ser tratadas como de menor importância, pois notamos que o número de alunos que estão sendo diagnosticados com depressão, síndrome do pânico, entre outros transtornos de ordem psíquica, que segundo a Organização Mundial da Saúde a depressão é considerada o mal do século.

Situações como essas apresentadas acima demonstram de forma muito clara a necessidade de inserção do assistente social na educação, pois ele atua na área socio educacional, e nesta área são manifestas diversas expressões da

questão social, como destacamos algumas delas acima, o que requer a intervenção ativa do assistente social. Conforme Amaro (2012) a complexidade dessas relações requer uma ação profissional consistente e articulada, voltada a agir junto à família e a criança ou adolescente que necessita de atendimento, acionando direitos e serviços institucionais.

Essa defesa de direitos deverá traduzir-se numa “rede articulada de garantias efetivas, de responsabilização do Estado, da família e a sociedade, de prestação de serviços e prevenção” (Faleiros, 1998).

De acordo com o MDS, a construção de redes depende do estabelecimento de alguns fatores como o compartilhar as intencionalidades, assim como objetivos e valores, para efetividade da ação:

A adesão a uma rede só nasce em função de fatores que consigam reunir em torno de si as expectativas, necessidades e demandas de cada um dos diferentes participantes (2008: 42).

Dentro desse contexto identificamos que o trabalho do assistente social na educação visa a defesa e garantia dos direitos da pessoa humana, tanto na educação pública quanto privada; a articulação entre a política de assistência social e da educação, realizando mediações para oferecer um atendimento integral à criança. Sua ação interventiva nas expressões da questão social não se restringe apenas no ambiente escolar, o que requer do profissional a construção de estratégias conjuntas aos demais profissionais da educação e da rede socioassistencial e principalmente com as famílias das crianças e adolescentes atendidos nas escolas, buscando de fato a efetivação dos direitos da criança e adolescente, para melhorar a qualidade de vida deste aluno. Assim como disposto na Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 em seu artigo 3º:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (BRASIL, 1990).

O Banco de Olhos em consonância ao que estabelece as leis brasileiras e especificamente o Estatuto da Criança e Adolescente atua na efetivação de garantia do direito a saúde promovendo dessa forma uma melhor qualidade de vida aos estudantes atendidos pelo projeto de acuidade visual. Porém notamos que é necessário para dar respostas as demandas apresentadas que haja movimento integrado entre educação, assistência social e sociedade civil a fim de responder as demandas de forma satisfatória.

Assim sendo a intersetorialidade é uma resposta concreta para suprir as demandas apresentadas, o que será analisado a seguir.

6 A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE ARTICULAÇÃO PARA RESPOSTAS AS DEMANDAS APRESENTADAS

O cenário atual pauta a intersetorialidade como ferramenta essencial para um diálogo mais efetivo entre as políticas sociais, no sentido de conferir cobertura mais absoluta às demandas vividas pelos alunos, demandas que não se apresentam de forma setORIZADA, mas são atendidas como tal pelo poder público.

A marca da intersetorialidade como geradora de superação da divisão, nas políticas sociais dispõe para uma ideia de colaboração, de complementaridade, promovendo um olhar atento às necessidades dos sujeitos, caracterizando as particularidades de sua organização, suas formas de sobrevivência e as contradições da questão social em seu cotidiano. A atuação intersetorial em rede possibilita o acompanhamento articulado dos conhecimentos próprios de políticas distintas, para dar conta da dificuldade das demandas vivenciadas pelos indivíduos.

O tema articulação em rede tem crescido em nossa sociedade no decorrer dos últimos anos. A rede se apresenta como estratégia para lidar com as demandas que tem a necessidade de intervenções de diversas áreas, e possui especificidades. Os autores Gonçalves e Guará (2010; p 14) explicam o conceito de rede:

O vocabulário “rede” lembra uma imagem utilizada hoje para qualificar sistemas, estruturas ou modos de organização empresarial ou governamental que se caracteriza por reunir elementos com similaridade de

produtos ou serviços que mantêm alguma ligação entre si, mesmo que se localizem em diferentes pontos de um território ou país.

O trabalho desenvolvido em rede, é muito importante pois ele possibilita um atendimento eficaz e justo aos usuários, além de ser descentralizado e não ficar reduzido a focalização das políticas, pois possui a participação de diferentes atores que compartilham conhecimentos e cooperam para superação daquelas demandas apresentadas, o que colabora para a promoção do desenvolvimento das potencialidades de cada usuário.

As demandas que se apresentam são complexas, e seguindo a diretriz da Política Nacional de Assistência Social (2004) que preconiza que estas devem ser enfrentadas com base no território, o que exige a constituição de uma rede que some forças do Estado e da Sociedade Civil para enfrentamento das mesmas. Dessa forma a ação em rede como preconizada pela PNAS (2004) como base de organização, no sentido de ultrapassar as ações focalizadas ou paralelas com o desejo de integrar ações, dobrando assim as chances de suprir as demandas apresentadas e maiores chances de sucesso na efetivação de direitos.

De acordo com a NOB/SUAS (2005: 94):

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social.

A intersetorialidade entre as diferentes políticas, gera resultados satisfatórios, é uma das condições indispensáveis para o atendimento integral de crianças e adolescentes como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois ela é capaz de articular saberes e experiências, tanto quanto de planejamento, ou de realização e de avaliação, para superar a exclusão social e efetivar direitos.

Portanto nesse sentido de intersetorialidade expomos na sequência, nosso projeto de intervenção elaborado conjuntamente na disciplina de Supervisão Acadêmica.

7 PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA RESPOSTA AS DEMANDAS APRESENTADAS PELOS ALUNOS NO PROJETO DE ACUIDADE VISUAL PROJETO: EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E A REDE, JUNTOS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Este item tem como objetivo apresentar uma proposta de intervenção técnica, no sentido de atender as demandas apresentadas ao longo do trabalho. Após experiência no campo de estágio supervisionado, realizado no Banco de olhos Maria Sesti Barbosa, em particular no Projeto de Acuidade Visual do Escolar, tendo como lócus as escolas públicas estaduais de Presidente Prudente, pudemos vivenciar algumas das principais demandas apresentadas pelos alunos do sexto ano do ensino fundamental, a partir do desvelamento de algumas das expressões da questão social vivenciadas por esses alunos.

A equipe técnica a realizar este trabalho será composta por uma Assistente Social e dois estagiários de Serviço Social, um professor mediador da escola pública e a rede socioassistencial do território.

Este trabalho terá como objetivo principal analisar as principais demandas apresentadas pelos alunos no contexto escolar, assim como buscar a parceria com a rede socioassistencial do território para juntos buscar a solução das demandas e efetivação dos direitos desses alunos.

Inicialmente, deve-se buscar o reconhecimento e quais demandas se apresentam na vida desses alunos, que foram identificadas inicialmente algumas delas tais como: necessidades de ajuda psicopedagógica, conflitos entre os alunos, conflitos entre alunos e professores, e até mesmo com os professores ou com os demais profissionais que atuam no ambiente escolar, preconceito, discriminação, intolerância, uso de drogas, violência escolar, bullying, evasão escolar são problemas comumente observados no dia a dia dos estudantes.

No segundo momento identificar quais são as potencialidades existentes no ambiente escolar e fora dele; no território que podem se articular para solução das demandas.

Terceiro momento: elaborar quais são as redes socioassistenciais que atuaram e fortaleceram o ambiente escolar, definir quais serão os parceiros que trabalharam juntos, como por exemplo: Assistência Social, Secretaria Estadual de Educação, Prefeitura do Município de Presidente Prudente, Banco de Olhos,

Profissionais Especializados da comunidade que estejam dispostos a construir pontes para cidadania, famílias dos alunos, Entidades filantrópicas, Ministério Público, Universidades do município e demais participantes da rede socioassistencial do município.

Quarto momento elaboração de fluxos de atendimentos, como será feito, organizado o trabalho, quantas reuniões serão necessárias no mês e estabelecer os fluxos de atendimento e protocolos a serem seguidos pela equipe multidisciplinar e comunidade, e os recursos financeiros disponíveis para execução do projeto.

Por fim, enfatizar que para efetivação deste trabalho, há necessidade de uma articulação sólida em rede, contando com a parceria de diversas políticas públicas, como já mencionado antes e articulando a intersetorialidade para garantir que o projeto possa ser executado e que gere resultados eficazes.

8 CONCLUSÃO

Diante do exposto podemos afirmar que o Projeto de Acuidade Visual do Escolar é um excelente instrumento de efetivação do direito ao acesso à saúde ocular, pois como já demonstrado ele possui como foco principal o acesso dos alunos da rede estadual de ensino as consultas oftalmológicas e aos óculos de forma gratuita para tratamento da saúde visual, fazendo com que essas crianças não fiquem longos anos na fila de espera por uma consulta oftalmológica haja vista a urgência de atendimento devido essa espera impactar no desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes.

Identificamos a escola como lugar de acesso à direitos, pois toda criança e adolescente tem garantido por lei o direito à igualdade de condições para o acesso e para permanecer na escola, com variedade de pensamentos e ideias, além do respeito a tolerância; e desenvolver suas potencialidades e acessar a todas as políticas públicas necessárias para viver uma vida digna, justa e viver na prática o que nos assegura a constituição federal brasileira.

Analizamos também algumas das demandas existentes que se apresentam no ambiente escolar, essas demandas se apresentam de formas

variadas, são demandas cuja origem se dão nas expressões da questão social. Para enfrentamento dessas expressões se faz necessário uma articulação intersetorial em rede, como o projeto de intervenção: Educação, Assistência e a Rede, juntos na construção da cidadania vem sugerir para poder romper com atendimentos focalizados e viabilizar de forma concreta o acesso dessas crianças e adolescentes ao seu direito.

Para que isso ocorra de forma efetiva a presença do assistente social tanto nas ações do projeto de Acuidade Visual, quanto na educação é indispensável, haja vista a infinidades de demandas que os alunos apresentam em seu cotidiano, devendo esse profissional usar toda sua capacidade teórica e pratica para dentro desse contexto garantir a defesa integral dos direitos da pessoa humana, em especial que se encontra em condição peculiar de desenvolvimento como é o caso de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, Sarita. **Serviço Social na Educação: Bases para o trabalho Profissional**. 1ed. Florianópolis. Editora UFSC,2012.

Zaparolli; Klein; Moreira . **Avaliação da acuidade visual Snellen**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492009000600008 > Acesso em 08 out 2019

BRASIL. **Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 Mai 2019

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação: Lei 9.394/96**. 9º Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993

_____. **Ministério da Saúde**. Disponível em:<<http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude> > Acesso em 09 out 2019

_____. Ministério da Saúde. **Programa saúde na escola, Saúde Ocular**. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/caderno_saude_ocular.pdf > Acesso em: 09 out 2019

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

CUNHA, Carolina. **Resumo das disciplinas. ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos**.

Disponível:<<http://teste.planetaeducacaohttps://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/eca-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-completa-25-anos.htm.com.br/pais/direitos.asp>>. Acesso em: 01 mai 2019

FALEIROS, V P. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção**. Brasília, Anais do VIII Congresso Nacional de Assistentes Sociais, Goiânia.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa (Coord.). **Redes de proteção social**. São Paulo: NECA, 2010. 95 p. (Coleção Abrigos em Movimento)

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2015

IAMAMOTO, Marilda V. CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 19 ed. São Paulo. Cortez, 2005.

MARTINS. Eliana B. **Educação e serviço Social :elo para construção da cidadania**. 1 ed. São Paulo, Editora Unesp, 2012

QUEIROZ. Paulo, E, Cirino. **Da Doutrina "Menorista" à Proteção Integral: mudança de paradigma e desafios na sua implementação**. Disponível: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/da-doutrina-menorista-%C3%A0-prote%C3%A7%C3%A3o-integral-mudan%C3%A7a-de-paradigma-e-desafios-na-sua-implementa>>. Acesso em :10.out.2018

SANTA CASA de Presidente Prudente. Arquivos Banco de Olhos da Santa Casa de Presidente Prudente. Disponível em: <http://santacasaprudente.org.br/>. Acesso em: 01 mai 2019